



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

Ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Representante: LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI

Representado: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ITUÊTO

Referente: Pregão Eletrônico nº 09/2021

LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 27.333.217/0001-70, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1093 Sala 701, Luxemburgo, CEP 30380-403, Belo Horizonte (MG), por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR**, quanto às irregularidades observadas na licitação Pregão Eletrônico nº 09/2021, promovido pelo MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ITUÊTO, conforme fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. LEGITIMIDADE DO REPRESENTANTE

A representante, tendo participado do processo licitatório que tinha por objeto a aquisição de equipamentos e materiais de informática promovida pelo Município de Santa Rita do Ituêto, é parte interessada e legalmente autorizada a representar, conforme previsão do parágrafo primeiro do art. 113, da Lei 8.666/93.

2. DOS FATOS

A representante participou da modalidade licitação Pregão Eletrônico nº 09/2021 promovido pelo Município De Santa Rita Do Ituêto, que tinha por objeto aquisição de equipamentos e materiais de informática, comunicação, softwares, suprimentos para impressoras e serviços de informática, conforme especificações do edital.

Ocorre que a empresa Representante foi surpreendida com a sua desclassificação sob alegação de que a empresa **não** juntou os documentos de habitação de maneira completa, entretanto, tal alegação não faz qualquer sentido, visto que todos os documentos de habilitação estavam anexados no portal.



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

O pregoeiro de início, ao tentar analisar a habilitação da empresa, pelo visto, sequer abriu o documento anexado na opção do “Ato Constitutivo”, pois ao abrir é possível verificar que a habilitação se encontra completa, preenchendo todas as exigências do instrumento convocatório, conforme segue comprovação abaixo:

Documentos do participante				
Documento	Nome do arquivo	Upload em		
Alvará de Funcionamento				
Atestado de Capacidade Técnica				
Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)	001 - Habilitação Caso 55640Assinatura.pdf	24/11/2021 18:17		
Cadastro de CNPJ				
Cédula de identidade e CPF dos sócios				
Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais				
Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual				
Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal				
Certidão de regularidade débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)				
Certidão de regularidade débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)				
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)				
Certidão Negativa de Falência ou Concordata				
Comprovação de enquadramento em ME/EPP				
Declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes				
Declaração de não utilização de mão de obra infantil				
Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ	001 - Proposta 55640 - Assinada.pdf	24/11/2021 18:17		
Declaração de Elaboração Independente de Proposta				
Baixar tudo				

Contrato Social 1 de 109

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais	Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold; margin-top: 10px;">31600795123</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold; margin-top: 10px;">2305</div>
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: LICITA BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 MGP2000861781

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

É possível verificar de maneira cristalina que a empresa juntou a habilitação no portal, juntamente com a proposta, o que invalida a sua desclassificação por excesso de formalidade de não preencher todos os campos/documentos, pois todos os documentos requeridos foram juntados.

Esta Representante elencou em seu Recurso que a desclassificação da empresa por não juntar documento um por um era totalmente descabida, levando em consideração que juntou todos as exigências do certame, sendo completamente inviável e sem fundamentos a atitude do pregoeiro, dando ênfase a formalidade e a burocracia que deveria evitar dentro do processo licitatório.

No julgamento do recurso administrativo, destacou-se que constatou que a empresa havia anexado todos os documentos, entretanto, descumpriu o item 12.1.1.9, que se trata da Certidão Municipal da Representante, alegação que não se sustenta.

Observa-se que em nenhum momento o Órgão proferiu abertura de diligência para sanar os questionamentos sobre os documentos da empresa Representante, apenas desclassificou-a por não ter juntado. Acontece que a Certidão Municipal expedida pela sede da Representante – Município de Belo Horizonte – está corretíssima, não havendo qualquer empecilho no seu aceite.

Ora, esta Representante vem participando de diversos pregões e até o presente momento nunca teve questionamentos e sequer desclassificação pelo fato da Certidão Municipal ser “diferente”.

Importante destacar ainda que cada município tem sua maneira de emitir tais certidões, uma vez que não existe qualquer padrão exigido para tal apresentação. No presente caso, a apresentação da Certidão Municipal pelo Município de Belo



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

Horizonte/MG se dá pela “Certidão de Quitação Plena Pessoa Jurídica” e pela “Certidão de Quitação ISS”, veja-se:



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AJGFJLIMM**

Documento/Certidão nº **17.346.769** Exercício: **2021**

Emissão em: **08/12/2021**

Requerimento em: **19:49:30**

Validade: **07/01/2022**

Nome: **LICITA BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI**

CNPJ: **27.333.217.0001.70**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITACAO ISS**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **IJGELHPLIL**

Documento/Certidão nº **17.346.763** Exercício: **2021**

Emissão em: **08/12/2021**

Requerimento em: **19:48:54**

Validade: **07/01/2022**

Nome: **LICITA BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI**

CNPJ: **27.333.217.0001.70**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, ate a presente data, no que se refere ao ISSQN.



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

Tanto é verdade que seu acessar o site¹ do Município de Belo Horizonte é possível analisar de maneira clara a menção “Certidão Negativa de Débitos” e as certidões disponíveis para emissão pelas empresas:

Certidão Negativa de Débito

Identificação do Contribuinte

Dados do requerente (Opcional):


Nome Email CPF/CNPJ Telefone de contato
**Preenchendo os dados acima, enviaremos informações caso haja alguma ocorrência.





Modalidade da Certidão:

- ☒ Quitação Plena Pessoa Jurídica
- ☐ Quitação Plena Pessoa Física
- ☒ ISS - Imposto sobre Serviços
- ☐ IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas
- ☐ ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Intervivos
- ☐ ISS - Para fins junto ao INSS

Certidão:

- ☐ Autenticação
- ☐ Impressão de 2ª via do documento auxiliar
- ☐ Relação de Ressalvas
- ☐ Relação Pendências Simples Nacional





Prefeitura de Belo Horizonte

Não é cabível que a empresa Representante tenha sido desclassificada por excesso de formalidade, sem quaisquer fundamentos congruentes e ainda, sem abertura de diligência para verificar se o entendimento da comissão de licitação estava correto.

A prática de achismo não deve fazer parte dos processos licitatórios, ainda mais sem a devida manifestação da empresa licitante, isso porque, tal comportamento fere de maneira drástica os princípios basilares da Lei de Licitações Públicas. Desta forma, não há alternativa à empresa a não ser recorrer a esta Corte de Contas.

Assim, observando o cumprimento do edital e primando pela igualdade, legalidade, impessoalidade e moralidade de condições a todos os concorrentes do certame, requer-se a determinação da anulação da inabilitação da LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

¹ <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/?null>



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

2.1. DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA ISONOMIA PARA RECLASSIFICAR A REPRESENTANTE

Ao desclassificar a Licita Brasil Soluções em Tecnologia EIRELI, a Representada o fez atentando contra as normas editalícias, não exclusivamente, mas principalmente na previsão abaixo:

12.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

Em casos análogos a este, onde há irregularidade e principalmente o desrespeito às determinações do edital, a jurisprudência é uníssona em reconhecer a OBRIGATORIEDADE em seguir os estritos mandamentos editalícios, sob pena de incorrer em ilegalidade, veja-se:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

E mais:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

A licitação é o procedimento administrativo no qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público,



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, propiciando igualdade de tratamento e oportunidade a todos os interessados como fator de eficiência e moralidade dos negócios administrativos.

Para tanto, necessária formalização dos diversos procedimentos instituidores do processo de licitação à busca da contratação mais vantajosa aos cofres públicos, espelhados sempre no menor preço ofertado em relação direta ao objeto comum a ser licitado e, posteriormente, contratado pela Administração Pública, sempre na mais pura e irrestrita vinculação desde procedimento às normas contidas no Edital.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro salienta que “Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento”. Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Na mesma linha, o art. 43, V, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos exige que o julgamento e classificação das propostas sejam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital.

Segundo o ensinamento de Meirelles:

“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41).” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 256-257)

O princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se tanto à Administração, como aos licitantes, posto que estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório. Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro “se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93”.

Nesse sentido, assim prevê o caput do art. 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos”.



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

A previsão legal acima é crucial para a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação. As soluções para os casos enfrentados pela Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos, sendo imperiosa a invalidação das decisões que lhes contrariarem. Caso não haja a observância aos ditames desses relevantes preceitos, a validade do processo fica comprometida, tornando imperiosa sua desconstituição.

Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao Princípio implica em ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência a todo sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irreversível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”

Nessa perspectiva, José dos Santos Carvalho Filho afirma que o legislador pátrio, ao instituir o procedimento licitatório, inspirou-se, fundamentalmente, na moralidade administrativa e na igualdade de oportunidades àqueles interessados em contratar:

"Erigida atualmente à categoria de princípio constitucional pelo art. 37, caput, da CF, a moralidade administrativa deve guiar toda a conduta dos administradores. A estes incumbe agir com lealdade e boa-fé no trato com os particulares, procedendo com sinceridade e descartando qualquer conduta astuciosa ou eivada de malícia. A licitação veio prevenir inúmeras condutas de improbidade por parte do administrador, algumas vezes curvados a acenos ilegítimos por parte dos particulares, outras levadas por sua própria deslealdade para com a Administração e a coletividade que representa. Daí a vedação que se lhe impõe, de optar por determinado particular. Nesse ponto a moralidade administrativa se toca com o próprio princípio da impessoalidade, também insculpido no art. 37, caput, da Constituição, porque, quando o administrador não favorece este ou aquele interessado, está, ipso facto, dispensando tratamento impessoal a todos. Outro fundamento da licitação foi a necessidade de proporcionar igualdade de oportunidades a todos quantos se interessam em contratar com a Administração, fornecendo seus serviços e bens (o que é mais comum), ou àqueles que desejam apresentar projetos de natureza técnica, científica ou artística. A se permitir a livre escolha de determinados fornecedores pelo administrador, estariam aliados todos os demais, o que seria de lamentar, tendo em vista que, em numerosas ocasiões, poderiam eles apresentar à Administração melhores condições de contratação. CUMPRE, ASSIM, PERMITIR A COMPETITIVIDADE ENTRE OS INTERESSADOS, ESSENCIAL AO PRÓPRIO INSTITUTO DA LICITAÇÃO”.

Não é outro o entendimento da jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. RECURSO ADMINISTRATIVO. REJEIÇÃO PELO PREGOEIRO. NÃO CONCESSÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO. ART. 4º, XVII, DA LEI Nº 10.520/02. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO. NULIDADE DO ATO. No



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

caso dos autos, a empresa autora externou imediata e motivadamente a sua intenção de manejar o recurso no processo licitatório, afirmando que a licitante vencedora descumpriu as regras do edital. No entanto, a pregoeira rejeitou a intenção de recurso, sob o fundamento de que a licitante vencedora afirmou atender todas as exigências do edital. Evidenciada a intenção de recorrer, a ré deveria ter concedido o prazo legal de 03 (três) dias para complementação das razões do recurso, a fim de assegurar o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal administrativo à demandante. Tendo em vista que o prazo para apresentação das razões recursais de 03 (três) dias não foi concedido, violando princípios constitucionais, impõe-se o reconhecimento da nulidade do ato administrativo que rejeitou a intenção de recorrer da empresa autora. APELREEX 00002150720104058000, Desembargador Federal José Maria Lucena, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data:12/09/2013 - Página:144.)

É fato que quando a Representada estabelece no edital as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, passando os interessados a apresentação de suas respectivas propostas com base nos elementos específicos do edital.

Nesse diapasão, José Afonso da Silva assevera que “se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas no edital, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos e condições do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outros que o desrespeitou”.

Ora, o texto legal não comporta interpretação extensiva. O cumprimento das cláusulas do edital obriga a Administração a reclassificar e posteriormente declarar vencedora a LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI. Desta forma, é à medida que se impõe.

2.2. DO FORMALISMO MODERADO

O pregoeiro ao inabilitar a empresa acabou dando mais ênfase à forma do que o conteúdo, excedendo-se no formalismo. Isso porque a Certidão Municipal de Belo Horizonte foi apresentada de maneira correta.

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário Data da sessão 22/07/2015 Relator JOSÉ MÚCIO MONTEIRO)



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015 – Plenário Data da sessão 04/03/2015 Relator BRUNO DANTAS)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 3381/2013 – Plenário Data da sessão 04/12/2013 Relator VALMIR CAMPELO)

A inabilitação de licitantes por divergência entre assinaturas na proposta e no contrato social deve ser considerada formalismo exacerbado, uma vez que é facultada à comissão, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. (Acórdão 5181/2012 - Primeira Câmara Data da sessão 28/08/2012 Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES)

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (ACÓRDÃO Nº 357/2015 – TCU – Plenário)

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios:

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016- TCU - Plenário)

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

A representante apresentou os argumentos acima em sede de recurso administrativo, que foi rechaçado, com alegação de que “trata-se de segurança para o licitante, tanto para o interesse público, ao qual determina que a Administração deve observar as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação”.

3. DA CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR

Diante de todo o exposto, demonstradas as evidências de que os termos do edital e os atos da Administração durante a sessão pública comprometem a correção do processo licitatório, por demasiado desrespeito aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, competitividade e busca da proposta mais vantajosa.

Há de se considerar, ainda, que as contratações decorrentes desta licitação podem ocorrer a qualquer momento, **restando consubstanciado o periculum in mora**, o que determina a urgência na concessão das medidas cautelares necessárias ora requeridas ou outras que forem consideradas necessárias, diante da gravidade dos fatos narrados. Ademais, resta preenchido o requisito do **fumus boni juris**, concretizado em todos os elementos apontados no direito que estão em desacordo com os princípios básicos das licitações públicas.



SANDI & OLIVEIRA

ADVOGADOS

4. DOS PEDIDOS

Face ao exposto, solicita-se as providências necessárias para o caso, dentre as quais se permite mencionar:

- 1) Conhecer a representação interposta pela empresa Licita Brasil Soluções em Tecnologia EIRELI, contra as irregularidades da licitação Pregão Eletrônico nº 09/2021, promovido pelo Município de Santa Rita Do Ituêto.
- 2) Determinar a suspensão do procedimento licitatório, no estado em que se encontra, até manifestação posterior, considerando presentes os requisitos do “fumus boni juris” e “periculum in mora”, sob risco de ineficácia da decisão de mérito;
- 3) Ao final, sendo reconhecidas as irregularidades, seja determinado aos responsáveis, que promovam a anulação dos atos que forem considerados ilegais por esta Corte de Contas.
- 4) Seja concedida a ciência ao Ministério Público de Contas.

Nestes termos pede deferimento.

Belo Horizonte (MG), 17 de dezembro de 2021.

Tiago Sandi
OAB/SC 35.917

Bruna Oliveira
OAB/SC 42.633